sim, nos termos do n.º 2.º do mesmo artigo, os pinhais do Fojo da Videira e das Castinhas, que possui dentro do perimetro das suas areias móveis, conservando aos povos os gozos de todas as regalias que até hoje tem disfrutado:

Considerando que o Conselho Superior Técnico e as estações competentes reconheceram a conveniência e utilidade pública de se fixar aquelas areias móveis, que ocupam uma superfície de 6:560^h,40, e de se elaborar o plano a seguir para a exploração dos pinhais acima referidos, a fim de prover a sua conveniente conservação;

Atendendo ao preceituado nos artigos 188.º e 189.º das disposições do Código Administrativo postas em execução por virtude da lei de 7 de Agosto de 1913; e

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem ordenar a inclusão, por utilidade pública, no regime florestal parcial dos areais móveis pertencentes à Câmara Municipal de Mira, bem como dos pinhais do Fojo da Videira e das Castinhas, elaborando-se em seguida os convenientes planos de arborização e de exploração, e procedendo-se ao inquérito local, nos termos do artigo 14.º do decreto de 24 de Dezembro de 1903, que regulamentou a execução do regime florestal, a fim de se decretar, consoante as disposições do capítulo xv, título vii, do referido regulamento, a submissão ao regime florestal parcial dos referidos areais e pinhais.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1917 — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.

DECRETO N.º 3:263

Tendo a Empresa das Águas de Vidago, Limitada, solicitado a submissão ao regime de simples policia florestal de três parcelas de terreno, constituídas por mato e pousio, na superfície de 4^h,11, próximo às propriedades Palheiros, Ponte Serra, Parque do Grande Hotel de Vidago e Alameda da Casa dos Banhos, já submetidas ao mesmo regime, e situadas também na freguesia de Arcossó, concelho de Chaves, distrito de Vila Rial;

Considerando que, por parte das estações competentes, foi reconhecido que as referidas parcelas se encontram nas condições previstas no artigo 29.º da parte vi do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e artigo 253.º do regulamento do regime florestal de 24 de Dezembro de 1903; e

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal das três parcelas de terreno, constituídas por mato e pousio, na superfície de 4^h,11, próximo às propriedades Palheiros, Ponte Serra, Parque do Grande Hotel de Vidago e Alameda da Casa dos Banhos, já submetidas ao mesmo regime, e situadas também na freguesia de Arcossó, concelho de Chaves, distrito de Vila Rial, que juntos aos 25^h,10 já submetidos perfaz a totalidade de 29^h,21.

A Empresa fica obrigada a arborizar com essências florestais, no prazo de um ano, as três parcelas de terreno de que pede a submissão ao regime de simples policia florestal, a colocar nos limites da propriedade, nos termos legais, tabuletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal, sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais, continuando a manter um guarda florestal auxiliar que presta serviço às propriedades já sujeitas ao regime florestal.

Para os efeitos da execução de policia, o presente decreto só surtirá efeito decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares, nos lugares públicos do estilo do concelho e da freguesia da situação da propriedade.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça

executar. Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.

DECRETO N.º 3:264

Tendo em consideração a resolução tomada pela Câmara Municipal de Alcobaca, em suas sessões de 7 de Abril de 1914 e 8 de Fevereiro de 1915, de submeter ao regime florestal parcial, nos termos do artigo 28.º e seu § único do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e do n.º 1.º do artigo 219.º do regulamento de 24 de Dezembro de 1903, as alvas de Pataias, da Mina de Azeche, da Vitória e da Água de Madeiros;

Considerando que o Conselho Superior Técnico da Agricultura e as estações competentes reconhecem a utilidade pública da arborização das referidas alvas ou dunas interiores, cujas areias caminham à mercê dos ventos, o que se acham sitas na freguesia de Pataias, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria;

Atendendo ao preceituado no artigo 188.º das disposições do Código Administrativo postas em execução por virtude da lei de 7 de Agosto de 1913; e

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem ordenar a inclusão, por utilidade pública, no regime florestal parcial dos terrenos baldios da Câmara Municipal de Alcobaca, sitos na freguesia de Pataias, concelho de Alcobaca, distrito de Leiria, na superfície de 1:092^h,76, que ficam constituindo os seguintes quatro polígonos: Alva de Pataias, 527^h,48; Alva da Mina de Azeche, 125^h,11; Alva da Vitória, 379^h,68; Alva da Água de Madeiros, 60^h,49, e outrossim determinar que elaborado o respectivo plano de arborização se proceda ao inquérito local, nos termos do artigo 14.º do decreto de 24 de Dezembro de 1903, que regulamentou a execução do regime florestal, a fim de seguidamente se dar cumprimento aos preceitos legais mandados observar no capítulo xv, título vii, do referido regulamento.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Herculano Jorge Galhardo*.

Secção dos Serviços Pecuários

DECRETO N.º 3:265

Atendendo à representação da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, solicitando o estabelecimento de um pôsto zootécnico, destinado a melhorar as espécies domésticas de maior importância para a economia agrícola daquela região;

Considerando que, no arquipélago açoreano, é o grupo central das ilhas aquele que mais deve à indústria pecuária, a ponto dos animais e os produtos deles derivados constituírem perto de dois terços do montante das suas exportações;

Considerando também que, mercê da feição climática e da natureza agrológica dos solos no referido grupo central das ilhas açoreanas, a produção forraginosa é susceptível de grande acréscimo, podendo, por isso, aumentar consideravelmente a massa pecuária e melhorar-se o seu quilate;

Considerando, outrossim, que o fabrico dos lacticínios, tam desenvolvido e aperfeiçoado em várias ilhas do arquipélago, exige reses leiteiras de grande produção que forneçam o máximo possível de matéria prima para aquela importante tecnologia;

Considerando ainda que os lavradores açoreanos tem dado provas repetidas da mais inteligente actividade e ousada iniciativa na exploração das indústrias derivadas da agricultura;

Considerando, finalmente, que a mencionada Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo se propõe contribuir com 1.000\$ anuais, pelo tempo de dois anos, para a instalação do referido estabelecimento, quantia que, adicionada aos 8.000\$ que o Governo conceder, no mesmo lapso de tempo, é suficiente para a construção dos edificios de immediata serventia;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa e em harmonia com o que se acha determinado nos artigos 128.º e 129.º da lei n.º 26, de 9 de Julho de 1913:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Fomento, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criado na Ilha Terceira um estabelecimento de animalicultura com o nome de Posto Zootécnico Central dos Açores.

Art. 2.º A sede deste estabelecimento será nas cercanias da cidade de Angra do Heroísmo, em prédio rústico pertencente ao Estado ou a este cedido por alguns dos corpos administrativos do distrito.

§ único. Neste último caso, se o Posto vier a ser extinto ou transferido para fora da Ilha Terceira, o prédio, com todas as bemfeitorias nele realizadas, voltará à posse da entidade cedente.

Art. 3.º O Posto Zootécnico Central dos Açores tem como objectivo:

1.º Melhorar, por via dos adequados métodos de animalicultura, as espécies pecuárias naturalizadas que mais importância tiverem para a economia agrícola do distrito, e aclimatar as raças exóticas que fôr conveniente introduzir na região;

2.º Exemplificar praticamente e divulgar os métodos racionais de produção, criação e arraçoamento das reses domésticas;

3.º Exemplificar praticamente e divulgar os processos racionais de produção das forragens por meio de campos de experiência e demonstração.

Art. 4.º O Posto instalar-se há logo que no Orçamento Geral do Estado se inscreva a verba indispensável para o seu custeamento e quando o plano da sua organização e o regulamento dos seus serviços tiverem sido aprovados superiormente.

Art. 5.º Ao Posto Zootécnico Central dos Açores poderá aplicar-se o preceituado no decreto com força de lei de 16 de Maio de 1911 e nos regulamentos de 14 de Dezembro de 1912 e de 30 de Junho de 1914.

Os Ministros do Interior e do Fomento assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1917.—BERNARDINO MACHADO—
Artur R. de Almeida Ribeiro—Herculano Jorge Galhardo.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Secretaria Geral

LEI N.º 749

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É confirmado o decreto n.º 3:060, de 30 de Março de 1917, que reorganiza a Direcção Geral de Fazenda das Colónias, considerando-se em vigor desde aquela data.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1917.—BERNARDINO MACHADO—
Ernesto Jardim de Vilhena.

Direcção Geral das Colónias.

2.ª Repartição

1.ª Secção

DECRETO N.º 3:266

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa e da autorização concedida pelo artigo 2.º da lei n.º 277.º, de 15 de Agosto de 1914;

Tendo ouvido o Conselho Colonial e o Conselho de Ministros:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

CARTA ORGANICA DO ESTADO DA ÍNDIA

TÍTULO I

Da divisão territorial

Artigo 1.º O Estado da Índia constitui uma Província Ultramarina Portuguesa e compreende os territórios de Goa, no Concão; de Damão e Nagar-Aveli, no Guzerate; de Diu, no Catiavar; e de Anjediva, no Canará. A sua capital é a cidade de Nova-Goa.

Art. 2.º A Província divide-se, para os efeitos administrativos, em três distritos com catorze concelhos, que se subdividem em freguesias e aldeias.

Art. 3.º Os distritos são: o de Goa, com sede em Nova Goa, compreendendo as Velhas e Novas Conquistas e a Ilha de Anjediva; o de Damão, com sede em Damão, compreendendo os territórios de Damão, de Dadrá e o da Praganã de Nagar-Aveli; e o de Diu, com sede na cidade do mesmo nome, compreendendo a Ilha de Diu e os territórios de Gogolá e Simbor.

Art. 4.º Os concelhos são:

a) No distrito de Goa:

1 O das Ilhas, com sede em Pangim, primeiro bairro da cidade de Nova-Goa;

2 O de Salsete, com sede na vila de Margão;

3 O de Mormugão, com sede em Vasco da Gama;

4 O de Bardez, com sede na vila de Mapuçá;

5 O de Pernêm, com sede na Cassabé de Pernêm;

6 O de Sanquelim, com sede na Cassabé de Sanquelim;

7 O de Pondá, com sede na Cassabé de Pondá;

8 O de Quepêm, com sede na Cassabé de Quepêm;

9 O de Canácona, com sede em Chauri, sendo-lhe anexa a Ilha de Anjediva;

10 O de Satari, com sede em Valpoi;

11 O de Sanguêm, com sede em Sanguêm;

b) No distrito de Damão:

12 O de Damão, com sede na cidade de Damão;

13 O de Nagar-Aveli, com sede em Silvassá;

c) No distrito de Diu:

14 O de Diu, com sede na cidade de Diu.

Art. 5.º A área e os limites dos concelhos, das freguesias e aldeias serão fixados pelo Governador Geral, com o voto afirmativo do Conselho do Governo.

TÍTULO II

Das relações entre a Metrópole e a Província

Art. 6.º O Estado da Índia constitui um organismo administrativo e financeiro autónomo, sob a superintendência e fiscalização da Metrópole pela forma prescrita no presente diploma.

Art. 7.º A Metrópole exerce a sua função de superintendência e fiscalização no governo e administração da Província: